

Retomando a questão da concordância parcial no interior de constituintes nominais coordenados

Madalena Colaço

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, CLUL

Abstract

In European Portuguese, only determiners and pre-nominal adjectives trigger gender and number agreement with the closest conjoined noun, yielding *first conjunct agreement* effects. A closer observation of the data led us to confirm the idea that this kind of agreement arise from a specific syntactic configuration in which the pre-nominal category c-commands the conjunction phrase. Although the analysis suggested by Demonte y Jiménez (in press) seems to be a reasonable alternative to explain partial agreement with pre-nominal elements, the requirement of asymmetric c-command suggested in Colaço (2005) and (2006) still appears us to be an essential assumption.

Keywords: first conjunct agreement, coordination, gender agreement, number agreement, c-command, pre-nominal position.

Palavras-chave: concordância com o primeiro conjunto, coordenação, concordância de género, concordância de número, c-comando, posição pré-nominal.

1. O problema

Tal como acontece em várias outras línguas, também em Português europeu (PE) as relações de concordância que se estabelecem na presença de estruturas de coordenação de constituintes nominais apresentam algumas particularidades.

Em Colaço (2005) e (2006), mostrámos que, em PE, a concordância que se estabelece no interior de constituintes nominais coordenados é sensível a questões de linearidade (ou seja, a questões relacionadas com a ordem das palavras), uma vez que apenas elementos que precedem as expressões nominais coordenadas podem evidenciar a chamada concordância parcial, ou seja, podem concordar apenas com um dos termos coordenados (o primeiro). Assim, nos dados que retomamos em (1)-(4), constata-se que, por um lado, os quantificadores e os adjectivos em posição pré-nominal concordam obrigatoriamente com o primeiro termo coordenado, não sendo possível, neste caso, que

a concordância se estabeleça com ambos os termos, através do processo de resolução de traços que dá origem à chamada concordância plena. O contraste entre (1) e (2) e (3) e (4) mostra que, por outro lado, a concordância parcial não se desencadeia com elementos pós-nominais, que concordam necessariamente de forma plena:

- (1)a. Todos os livros e as revistas que comprei estão em cima da mesa.
- b. Todas as revistas e os livros que comprei estão em cima da mesa.
- c. *Todos as revistas e os livros que comprei estão em cima da mesa.

Mas:

- (2) Os livros e as revistas que comprei estão *todos* / **todas* em cima da mesa.
- (3) a. A casa da Maria tem amplos portões e janelas.
- b. A casa da Maria tem amplas janelas e portões.
- c. *A casa da Maria tem amplos janelas e portões.

Mas:

- (4) A casa da Maria tem portões e janelas amplos / **amplas*.

Trabalhos sobre outras línguas têm mostrado que o fenómeno da concordância parcial nem sempre depende de questões de linearidade. Villavicencio & Sadler (2005), por exemplo, (contrariando o que é dito em Munn 1996 e 1999) atestam a possibilidade de, em Português brasileiro, também os adjectivos pós-nominais concordarem parcialmente com o segundo N coordenado – veja-se (5) –, contrariamente ao que se verifica na variedade europeia desta língua:

- (5) As maldições se cumpriam no povo e gente hebreia.
(op. cit.: 3)

Também Camacho (2003) e Demonte & Jiménez (no prelo) referem esta possibilidade em Espanhol, como se pode ver pelos dados que reproduzimos em (6) e (7)¹:

- (6) el modelo y sistema actual
- (7) su escasa flora y fauna acuática

Assim, existem, por um lado, línguas que admitem concordância parcial entre elementos que precedem a estrutura coordenada e o primeiro termo coordenado (*first conjunct agreement*) e, por outro lado, línguas que admitem a concordância (quer de

¹ Nos dados apresentados em Demonte Y Jiménez (no prelo), não é claro que o adjectivo pós-nominal modifique toda a estrutura coordenada. Os dados seriam mais claros se os nomes envolvidos na coordenação tivessem valores diferentes para o traço de género ou de número. No entanto, os dados são apresentados como instâncias de concordância parcial.

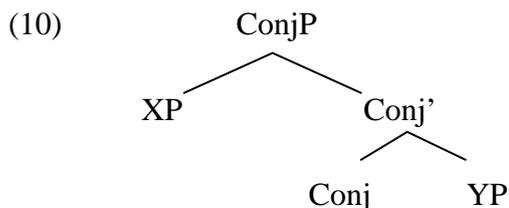
elementos pré-nominais, quer de elementos pós-nominais) com o termo coordenado mais próximo (*closest conjunct agreement*).

A observação dos dados do PE conduziu-nos, nos trabalhos anteriores já referidos, à proposta de que, nesta língua, a concordância parcial de elementos pré-nominais com o primeiro termo coordenado decorre de *agree* (no sentido de Chomsky 2001) sob uma condição de c-comando assimétrico local. Nesta proposta, a necessidade de c-comando assimétrico foi usada para explicar a impossibilidade de os elementos pré-verbais concordarem com ConjP, enquanto o requisito de localidade foi usado para explicar a impossibilidade de os referidos elementos concordarem parcialmente com o segundo termo coordenado, visível na agramaticalidade de (8) e (9):

(8) *Todas os livros e as revistas que comprei estão em cima da mesa.

(9) *A casa da Maria tem amplas portões e janelas.

Considerámos, então, que o contraste observado em PE no que diz respeito à forma como se realiza a concordância com elementos que precedem ou seguem a estrutura coordenada está directamente relacionado com a assimetria da estrutura interna da categoria que resulta da coordenação (veja-se- (10)), uma vez que apenas o termo coordenado que, nesta configuração, ocupa a posição de especificador (ou seja, o primeiro termo) parece estar acessível à operação sintáctica de que resulta esta forma de concordância.



Em Colaço (2005) e (2006), ficaram, no entanto, por explicar alguns aspectos que consideramos determinantes para uma compreensão satisfatória do fenómeno da concordância parcial em PE. Assim:

(i) Antes de mais, a ideia de que os elementos pré-nominais concordam obrigatoriamente com o primeiro termo coordenado não explica o diferente grau de aceitabilidade de frases como as seguintes (na interpretação relevante, em que o adjectivo modifica toda a estrutura coordenada):

(11)a. A casa da Maria tem amplos portões e janelas.

b. A casa da Maria tem amplas janelas e portões.

Com efeito, existe um grupo de falantes que rejeita sistematicamente a interpretação de frases como (11.b) como instâncias de concordância parcial, admitindo unicamente a interpretação alternativa em que o adjetivo modifica apenas o primeiro termo coordenado. Por outro lado, os falantes que aceitam a interpretação em que o adjetivo modifica os dois termos coordenados reconhecem-lhe, frequentemente, algum grau de estranheza.

(ii) Por outro lado, dados como os apresentados em (12) mostram que, quando a coordenação envolve constituintes com núcleos nominais singulares, o adjetivo pré-nominal em concordância com o primeiro termo coordenado modifica apenas esse termo, não podendo, neste caso, modificar os dois termos coordenados. Assim, a interpretação de (12.a) e (12.b) contrasta com a de (13), em que o adjetivo ocorre em posição pós-nominal, concordando, neste caso, com a categoria resultante da coordenação através de um processo de resolução de traços (cf. Corbett (2006) e outros):

(12)a. Vende-se casa com amplo jardim e terraços.

(só o jardim é amplo)

b. Vende-se casa com amplos terraços e jardim.

(só os terraços são amplos)

(13) Vende-se casa com jardim(ns) e terraço(s) amplos.

À partida, a observação destes dados parece sugerir que as condições que legitimam a concordância parcial em género não são necessariamente as mesmas que legitimam a concordância parcial em número.

Os aspectos enunciados em (i) e (ii) mostram a necessidade de uma observação mais atenta dos contextos que permitem a concordância parcial no interior de constituintes nominais.

2. A concordância parcial como o resultado de elipse no segundo termo coordenado ou como o resultado de uma configuração estrutural específica

Para a análise da concordância parcial no interior de constituintes nominais, as propostas que têm sido apresentadas no quadro da gramática generativa (nomeadamente, num quadro minimalista) divergem essencialmente no que diz respeito ao tipo de estruturas que legitimam a realização desta forma de concordância. Em termos gerais, a questão central que se levanta é a de saber se estas estruturas envolvem uma coordenação de DPs plenos com constituintes omissos no segundo termo coordenado (Hipótese 1) ou se envolvem uma coordenação num nível abaixo de DP, nomeadamente coordenação de NPs ou mesmo de Ns (Hipótese 2). No primeiro caso, a concordância verifica-se, de forma regular, no interior de cada termo coordenado. No segundo caso, torna-se necessária uma forma de permitir que a concordância se verifique apenas com

um dos termos coordenados, o que tem levado a uma maior reflexão acerca da natureza dos traços-phi e da forma de actuação da relação *agree*.

2.1. Hipótese 1: A concordância parcial numa estrutura de coordenação de DPs plenos

A hipótese de a concordância parcial se realizar sempre na presença de estruturas de coordenação de DPs plenos (defendida, por exemplo, por Camacho (2003)) implica a consideração da existência de posições vazias no segundo termo coordenado, legitimadas por um requisito de identidade. De um modo geral, esta proposta parte da aceitação de que as estruturas coordenadas são estruturas assimétricas, em que o primeiro termo coordenado ocupa uma posição mais alta do que o segundo, permitindo-lhe c-comandá-lo, sendo o c-comando uma relação essencial para a legitimação das categorias vazias em questão.

Na proposta de Camacho (2003), a concordância de um determinante e um adjetivo pré-nominal com o primeiro termo coordenado é o efeito da presença de uma estrutura que permite que, através de c-comando assimétrico, seja legitimado o apagamento do material idêntico (*deletion under identity*) no segundo DP coordenado, como se vê em (14):

(14) [DP D A N] and [DP ØD ØA N]

Camacho (2003) estuda também o comportamento dos adjetivos pós-nominais que, em Espanhol, podem manifestar vários padrões de concordância: numa interpretação em que modificam toda a coordenação, podem concordar de forma plena com os termos coordenados (veja-se (15)), podem concordar parcialmente com o termo coordenado mais próximo (o segundo, portanto, veja-se (16)) e podem ainda concordar de forma plena no que diz respeito ao número e de forma parcial no que diz respeito ao género (veja-se 17)):

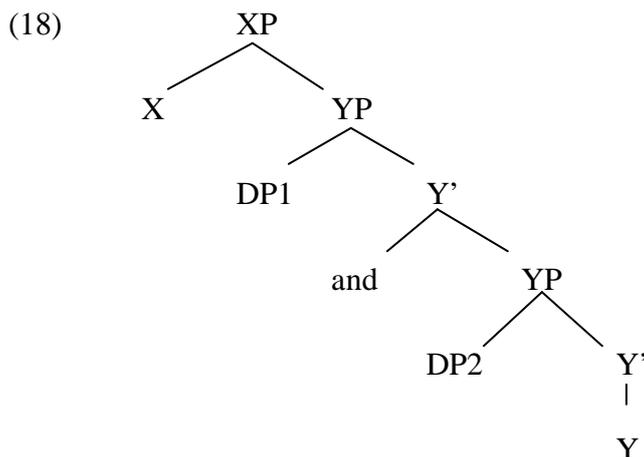
(15) El pensamiento y filosofía franceses

(16) El pensamiento y filosofía francesa

(17) El pensamiento y filosofía francesas

(op. cit.: 133)

Sem entrar em detalhes da análise, Camacho explica a possibilidade ilustrada em (17) através de um mecanismo de inserção de traços (*feature insertion*) que permite, numa estrutura como a apresentada em (18), que o traço de número seja inserido numa posição mais alta (X) do que o traço de género (Y) (após *spell-out*, o adjetivo sobe para X, o que explica o facto de modificar ambos os termos coordenados).



2.2. Hipótese 2: Concordância parcial numa estrutura com coordenação abaixo de DP

Uma hipótese alternativa à da elipse é a de considerar que a concordância parcial envolve uma estrutura de coordenação de categorias abaixo de DP, concretamente NPs ou mesmo Ns. Neste caso, o adjetivo pré-nominal ou o determinante ocupam uma posição mais alta em relação à coordenação. Como referimos no início deste trabalho, a proposta que apresentámos em Colaço (2005) segue esta ideia, tal como propostas de outros autores (como Munn (1999) e Johannessen (1998), entre outros).

Também partindo deste pressuposto, Demonte & Jiménez (no prelo) propõem uma análise da concordância com o termo coordenado mais próximo (*closest conjunct agreement*), com o objectivo de explicar os dados no Espanhol. Recorde-se que, nesta língua, os determinantes e os adjetivos pré-nominais concordam obrigatoriamente com o primeiro termo coordenado, enquanto os adjetivos pós-nominais podem exibir concordância plena (ou seja, com ConjP, através de resolução de traços) ou concordância parcial (neste caso, com o segundo termo coordenado).

A proposta apresentada por estas autoras tem como objectivo central explicar de que forma, usando o aparato minimalista, é possível explicar a coocorrência de determinantes e adjetivos singulares com uma interpretação plural do constituinte que resulta da coordenação. Assenta em ideias sugeridas por outros autores (veja-se, por exemplo, Badecker (2007)) que explicam o fenómeno da concordância parcial partindo da ideia de que os nomes entram na derivação com dois conjuntos de traços-phi:

(a) traços-phi de concordância (*concord phi-features*): traços de género, número e Caso associados às propriedades morfossintácticas do item lexical, que codificam instruções para o nível de interface PF;

(b) traços-phi de índice (*index phi-features*): traços de género, número e pessoa relacionados com as propriedades semânticas dos itens lexicais, que codificam instruções para o nível de interface LF.

A existência de diferentes tipos de traços associados a categorias nominais foi já proposta para a análise de outras construções que apresentam especificidades relacionadas com concordância. Refira-se, a título de exemplo, para o PE, a proposta apresentada em Costa & Pereira (2005) sobre a concordância mista em construções com o pronome “a gente” na posição de sujeito, em que os autores distinguem os traços gramaticais dos traços referenciais (podendo estes últimos não ser visíveis ou podendo ser verificados em momentos diferentes da derivação da estrutura).

De acordo com a proposta de Demonte & Jiménez (no prelo), os determinantes têm traços-c e traços-i, enquanto os adjectivos têm apenas traços-c. Por outro lado, a categoria ConjP não tem traços-c – uma vez que o seu núcleo é uma categoria funcional e os traços-c estão associados a itens lexicais – tendo apenas traços-i (que resultam da junção dos traços-i dos termos coordenados, através de resolução). Na análise proposta por estas autoras, a coexistência da concordância parcial com uma interpretação plural da coordenação é explicada pelo facto de o determinante e o adjectivo pré-nominal validarem os valores dos seus traços com categorias distintas. Assim: o determinante verifica os traços-i com ConjP, mas verifica os traços-c com o primeiro termo (já que ConjP não tem traços-c); por outro lado, o adjectivo também verifica os traços-c com o primeiro termo (pela mesma razão).

Como resultado destas operações, o DP é morfologicamente singular mas semanticamente plural.

3. Os dados do PE: concordância parcial em género *versus* concordância parcial em número

A observação de dados do PE como os que apresentámos atrás parece conduzir-nos à ideia de que os contextos que legitimam a concordância parcial diferem, nesta língua, consoante estejam envolvidos valores diferentes do traço de género ou do traço de número dos constituintes coordenados. É este o aspecto que exploraremos em seguida, considerando cada traço em separado.

No que diz respeito ao traço de género, quando a coordenação envolve valores diferentes, a concordância parcial com o primeiro termo é obrigatória, como se vê em seguida:

- (19)a. A casa da Maria tem amplos portões e janelas. \Rightarrow Masc Masc & Fem
- b. A casa da Maria tem amplas janelas e portões. \Rightarrow Fem Fem & Masc
- c. *A casa da Maria tem amplos janelas e portões. \Rightarrow *Masc Fem & Masc
- d. *A casa da Maria tem amplas portões e janelas. \Rightarrow *Fem Masc & Fem

No entanto, como já referimos antes, existe um grupo de falantes que, apesar de rejeitarem a concordância plena que se verifica em (19d), rejeitam também – ou consideram estranha – a concordância parcial quando o primeiro termo é feminino. Para este grupo, neste caso, a única alternativa possível, quando o primeiro termo é feminino, consiste na ocorrência do adjectivo em posição pós-nominal, exibindo traços de género obtidos por resolução (que tem como resultado o valor masculino):

(20) A casa da Maria tem janelas e portões amplos.

Relativamente ao traço de número, os dados que já observámos parecem mostrar que, quando os valores dos constituintes coordenados são diferentes, a concordância não pode realizar-se de forma parcial. Com efeito, neste caso, os adjectivos pré-nominais não podem modificar ambos os termos coordenados. Assim, nas frases seguintes, apenas está disponível a interpretação em que o adjectivo pré-nominal modifica apenas o primeiro termo coordenado, podendo, naturalmente, nesse caso, estar em concordância com ele por um processo regular. Não se trata, então, de concordância parcial:

(21)a. Vende-se casa com amplo jardim e terraços. \Rightarrow Sg Sg & Pl
 b. Vende-se casa com amplos terraços e jardim. \Rightarrow Pl Pl & Sg

Por outro lado, quando os valores do traço de número dos constituintes coordenados são iguais, o adjectivo pré-nominal apenas pode modificar ambos os termos coordenados se o valor em questão for o plural, como se vê em (22):

(22)a. Vende-se casa com amplo jardim e terraço. \Rightarrow Sg Sg & Sg
 (só o jardim é amplo)
 b. Vende-se casa com amplos jardins e terraços. \Rightarrow Pl Pl & Pl
 (só os jardins são amplos ou os jardins e os terraços são amplos)

Note-se que, embora a frase (22b) faça pensar que, neste caso, a concordância com o adjectivo pré-nominal é realizada, então, obrigatoriamente de forma plena, esta conclusão é contrariada pelo facto de, como se mostra em (23), não ser possível a ocorrência do adjectivo numa forma plural quando os constituintes coordenados são ambos singulares, ao contrário do que aconteceria se a concordância se estabelecesse por resolução de traços dos constituintes coordenados, como acontece quando o adjectivo é pós-nominal:

(23) *Vende-se casa com amplos jardim e terraço. \Rightarrow *Pl Sg & Sg

Assim, o adjectivo apenas pode modificar ambos os termos coordenados: (a) se ocorrer numa forma plural em posição pré-nominal, sendo ambos os termos coordenados plurais, (b) ou se ocorrer numa forma plural em posição pós-verbal, como em (24):

(24) Vende-se casa com jardim e terraço amplos.

A comparação entre estes dados e os que apresentamos em seguida mostra, no entanto, que, quando os constituintes coordenados integram nomes abstractos, a concordância parcial com adjectivos pré-nominais parece possível quando os constituintes são singulares, continuando a concordância plena a verificar-se com adjectivos pós-nominais:

(25)a. A Ana reagiu com inesperada coragem e determinação.

b. *A Ana reagiu com inesperadas coragem e determinação.

(26) A Ana reagiu com coragem e determinação inesperadas.

O facto de, em (26), o adjectivo pós-verbal ter uma forma plural mostra que ConjP tem o valor plural, uma vez que, neste contexto, a concordância com o adjectivo se realiza de forma plena.

Note-se, no entanto, que aquilo que parece estar por detrás deste contraste é um fenómeno bastante mais abrangente, que diz respeito a questões de referência e determinação.

Assim, observemos o comportamento dos determinantes na presença de constituintes nominais coordenados. Começemos por observar o exemplo (27):

(27) *A Maria decorou o jardim e terraço.

A agramaticalidade de (27) decorre da presença de apenas um determinante. Com efeito, quando os nomes envolvidos na coordenação são nomes concretos, torna-se necessária a presença de dois determinantes: a frase (27) só será interpretável se considerarmos que existe um objecto único que é simultaneamente um jardim e um terraço, o que não é uma interpretação óbvia. Ou seja: quando os termos coordenados são singulares, a ocorrência de apenas um determinante no singular induz uma interpretação de correferência.

Esta impossibilidade estará provavelmente associada à igual impossibilidade de ocorrência de um adjectivo pré-nominal a modificar ambos os termos coordenados registada atrás (cf. (22a)).

Precisamente porque a ocorrência de apenas um determinante induz uma interpretação de correferência, ela não é possível quando os termos coordenados variam no que diz respeito ao valor de número:

(28) *A Maria decorou o(s) jardim e terraços.

(29) *A Maria decorou o(s) jardins e terraço.

Então, também não pode ocorrer um adjectivo pré-nominal a modificar ambos os termos coordenados, independentemente do valor de número que assuma, como vimos já em (21) e (23).

Quando os nomes envolvidos na coordenação não denotam entidades concretas, a ocorrência de apenas um determinante no singular torna-se possível:

(30) O presidente elogiou a coragem e determinação da Maria.

Paralelamente, torna-se possível a ocorrência de um adjectivo pré-nominal singular a modificar ambos os termos coordenados, como vimos em (25a).

Neste caso, a ocorrência de um único determinante com uma forma singular coexiste com uma interpretação plural da coordenação, visível, mais uma vez, pela possibilidade de ocorrência de um adjectivo pós-nominal na forma plural:

(31) O presidente elogiou a coragem e determinação inabaláveis da Maria.

No entanto, apesar de a coordenação conduzir a uma pluralidade, o determinante (veja-se (32)) e o adjectivo pré-nominal (cf. (25b)) não podem ocorrer no plural, o que parece indicar que, neste caso, a concordância com o determinante é parcial:

(32) *O presidente elogiou as coragem e determinação da Maria.

Quando os nomes envolvidos na coordenação são nomes concretos, o único contexto em que pode ocorrer apenas um determinante verifica-se quando os nomes são ambos plurais, como acontece em (33)-(34):

(33) A Maria decorou os jardins e terraços desta casa.

(34) O presidente cumprimentou os rapazes e raparigas presentes.

Embora, neste caso, a ocorrência de apenas um determinante não implique uma identidade referencial dos nomes, note-se que a interpretação de frases como estas é diferente da interpretação de frases correspondentes com dois determinantes realizados. Confronte-se (33)-(34) com (35)-(36):

(35) A Maria decorou os jardins e os terraços desta casa.

(36) O presidente cumprimentou os rapazes e as raparigas presentes.

Com efeito, contrariamente ao que se verifica quando ocorrem dois determinantes, a presença de apenas um determinante induz obrigatoriamente uma espécie de interpretação grupal dos constituintes coordenados.

Assim, veja-se que a frase (37a) apenas disponibiliza uma leitura em que o pronome relativo tem como antecedente “jardins e terraços”, enquanto a frase (37b) é ambígua, permitindo igualmente que a relativa modifique apenas ao segundo termo coordenado:

(37)a. A Maria decorou os jardins e terraços que foram pavimentados.

b. A Maria decorou os jardins e os terraços que foram pavimentados.

Da mesma forma, apenas quando ocorrem dois determinantes os termos coordenados podem ser modificados de forma independente:

(38)a. *A Maria decorou os jardins que foram arranjados e terraços que foram pavimentados.

b. A Maria decorou os jardins que foram arranjados e os terraços que foram pavimentados.

Paralelamente, em (39a) é impossível a ocorrência de um adjectivo a modificar apenas o segundo termo coordenado, contrariamente ao que se verifica em (39b):

(39)a. *Os rapazes e raparigas simpáticas estão todos na tua turma.

b. Os rapazes e as raparigas simpáticas estão todos na tua turma.

Também neste caso, os termos coordenados apenas podem ser modificados de forma independente quando ocorrem dois determinantes:

(40)a. *Os rapazes estudiosos e raparigas simpáticas estão todos na tua turma.

b. Os rapazes estudiosos e as raparigas simpáticas estão todos na tua turma.

Note-se que, mais uma vez, é possível estabelecer um paralelo entre o comportamento dos determinantes e o comportamento dos adjectivos pré-nominais que entram nas construções em estudo. Com efeito, a ocorrência de um adjectivo pré-nominal plural a modificar ambos os termos coordenados plurais apenas se torna

possível quando ocorre apenas um determinante (veja-se que (41b) só é possível se o adjectivo modificar apenas o primeiro nome):

- (41)a. Os simpáticos rapazes e raparigas estiveram presentes na reunião.
 b. Os simpáticos rapazes e as raparigas estiveram presentes na reunião.

Embora não exista uma evidência forte para isso, podemos pensar que, em (41a), o determinante e o adjectivo pré-nominal concordam com o primeiro termo coordenado.

Uma forma de dar conta dos contrastes observados até ao momento consiste em pensar que a coordenação ocorre, em cada caso, em níveis estruturais diferentes. Assumimos que a ocorrência de dois se determinantes verifica numa estrutura de coordenação de DPs, enquanto a presença de apenas um determinante se verifica numa estrutura de coordenação abaixo de DP (de NPs ou de Ns).

Se o que foi dito é verdade, então, quando a coordenação ocorre num nível abaixo do DP, o determinante ocupa uma posição externa e superior a ConjP. O mesmo diremos que acontece com o adjectivo pré-nominal, se tivermos em conta que, como vimos atrás, os contextos que permitem a ocorrência de um adjectivo pré-nominal a modificar os dois termos coordenados coincidem com os contextos que permitem a ocorrência de um único determinante associado a toda a coordenação.

Resumindo:

- A concordância em género com adjectivos pré-nominais é obrigatoriamente parcial (ou seja, estabelece-se obrigatoriamente com o primeiro termo coordenado).
- Quando os nomes envolvidos na coordenação são nomes abstractos, é possível a ocorrência de apenas um determinante no singular a preceder os termos coordenados singulares. Esse determinante concorda parcialmente com o primeiro termo coordenado, o mesmo acontecendo com o adjectivo em posição pré-nominal. No entanto, a coordenação produz pluralidade (o que é visível pelas marcas de concordância do adjectivo pós-nominal).
- Quando os nomes envolvidos na coordenação são nomes concretos, a ocorrência de apenas um determinante ou de um adjectivo pré-nominal está limitada por aspectos independentes, relacionados com questões de referência e determinação. No entanto, quando a sua ocorrência é possível, verifica-se concordância parcial em género e, presumivelmente, também em número.

4. Análise

Esta observação mais atenta dos dados do PE permite-nos confirmar que a hipótese de explicação da concordância parcial considerando a existência de uma estrutura de coordenação de DPs plenos com material omitido no segundo termo coordenado, apesar

de ter a vantagem de dispensar o recurso a mecanismos específicos para explicar esta forma de concordância (uma vez que ela se verifica no interior de cada termo coordenado), apresenta vários problemas:

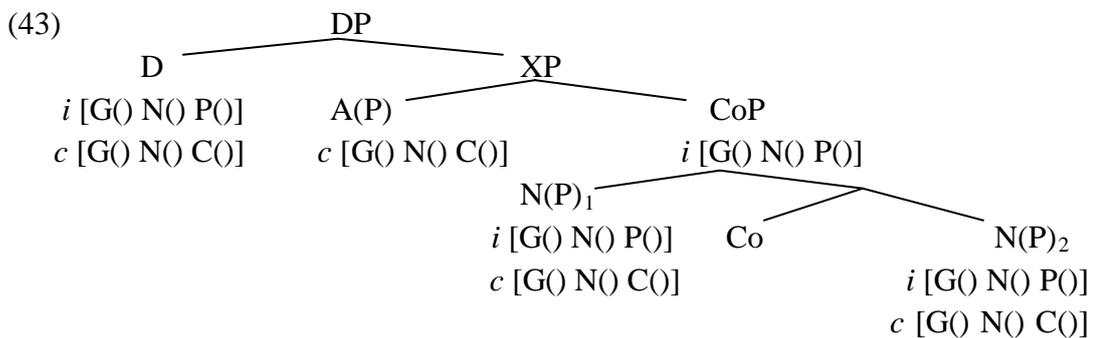
(i) Como foi notado por Demonte & Jiménez (no prelo), não explica o que obriga a que a elipse no segundo termo coordenado não englobe o nome, o que daria origem a agramaticalidades como a de (42):

(42) La hermosa mujer de Pedro y de Juan (*vendrán el lunes).
(op. cit.: 34)

(ii) Não capta as diferenças de interpretação que se verificam em PE entre a realização e a não realização do determinante no segundo termo coordenado, uma vez que a elipse, por regra, não produz alterações ao nível da interpretação das frases.

A proposta de análise apresentada por Demonte y Jiménez (no prelo) apresenta algumas vantagens sobre a proposta da elipse. Com efeito, ao usar a ideia de que existem dois conjuntos distintos e independentes de traços-phi e de que as diferentes categorias podem estar associadas a ambos ou a apenas um desses conjuntos de traços, explica-se de uma forma bastante natural a coexistência de formas singulares com interpretação de pluralidade.

No entanto, a justificação apresentada por Demonte y Jiménez (no prelo) para o facto de a concordância morfológica dos determinantes e dos adjectivos pré-nominais se estabelecer com o primeiro termo coordenado decorre da consideração de que ConjP é uma categoria associada apenas a traços-i e não a traços-c. Assim, veja-se a seguinte representação apresentada pelas autoras (cf. op.cit: 44):

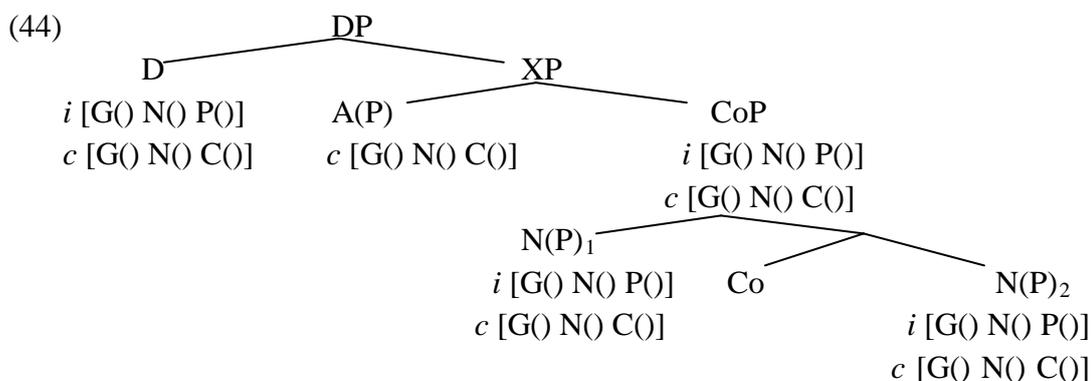


Levanta-se, no entanto, a questão de saber que fundamentos encontra esta sugestão. Na verdade, não parece muito evidente que, por exemplo, quando os termos coordenados são categorias associadas a um traço de Caso, a categoria que resulta da coordenação não esteja igualmente associada a esse traço. Demonte y Jiménez (no prelo) argumentam dizendo que os traços-c codificam propriedades morfosintáticas que

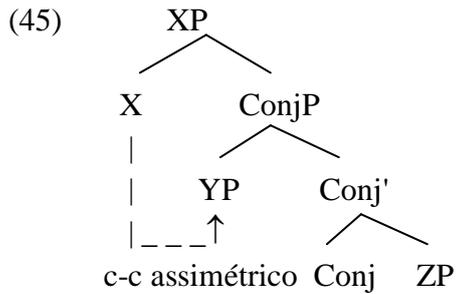
estão tipicamente presentes nos núcleos lexicais e não nos núcleos funcionais. No entanto, a verdade é que o núcleo Conj é um núcleo funcional com propriedades particulares, uma vez que, não estando associado à partida a traços específicos, acaba por adquirir traços a partir dos termos coordenados. Assim, por exemplo, um ConjP cujos termos são DPs exibirá o comportamento de um DP. Este facto pode ser, e tem sido, explicado assumindo que ConjP assume os traços das categorias coordenadas.

Não havendo, quanto a nós, fundamento para considerar que ConjP apenas adquire traços-*i* a partir das categorias coordenadas, assumiremos que, ao associar estruturalmente duas categorias, ConjP assume – independentemente do mecanismo que o permite – os traços dessas categorias, razão pela qual se comporta sintacticamente como elas. Daqui decorre, então, que, quando ConjP coordena categorias com traços-*i* e traços-*c*, assume esses dois conjuntos de traços.

Esta alteração à proposta de Demonte y Jiménez (no prelo) torna necessária uma explicação adicional para o facto de os determinantes e os adjetivos pré-nominais não poderem manifestar concordância plena, ou seja, não poderem concordar com ConjP, concordando obrigatoriamente com o primeiro termo coordenado. Com efeito, numa estrutura como a apresentada em (44), tanto ConjP como o primeiro termo podem constituir alvos para a verificação dos traços do determinante ou do adjetivo:



No entanto, recorrendo ao requisito de *c*-comando assimétrico que sugerimos em Colaço (2005) e (2006) – veja-se (45) –, a explicação da obrigatoriedade da concordância parcial poderá ser a seguinte: apesar de as categorias pré-nominais estabelecerem *agree* tanto com ConjP como com o primeiro termo coordenado, apenas com o primeiro termo coordenado se verifica uma relação de *c*-comando assimétrico, sendo esta uma condição para a verificação dos traços em questão. Sendo assim, é com o primeiro termo coordenado que se estabelece a concordância:



Na verdade, estas alterações à proposta de Demonte y Jiménez retiram-lhe o efeito daquilo que, à partida, era mais interessante: o objectivo de compatibilizar, através da consideração de tipos de conjuntos distintos de traços, a singularidade do DP com a pluralidade de ConjP. Com efeito, se a concordância com o primeiro termo for explicada a partir do requisito de c-comando assimétrico, por um lado, e se, por outro lado, a pluralidade de ConjP for explicada através de um mecanismo de resolução que instancia o traço de número desta categoria com o valor plural, deixa de ser necessário o recurso à distinção entre diferentes tipos de traços para explicar a concordância parcial.

5. A reinterpretação da concordância parcial em género como concordância plena

Posto o que foi dito, resta-nos ainda retomar uma das questões que enunciámos no início deste trabalho: Por que razão, quando os termos coordenados apresentam valores de género diferentes, alguns falantes rejeitam a concordância parcial em género quando o primeiro termo coordenado é feminino, embora rejeitem igualmente a concordância plena?

Comecemos por recordar os exemplos relevantes, que mostram que, para este grupo de falantes, quando o primeiro termo é feminino, a única solução consiste em optar por uma ordem de palavras diferente de que resulte ou a colocação do termo coordenado masculino em primeiro lugar ou a ocorrência do adjectivo em posição pós-verbal (note-se que os valores de gramaticalidade associados a estes dados correspondem apenas aos juízos do grupo de falantes em questão):

- (46)a. *As revistas e livros que comprei estão em cima da mesa.
b. *Os revistas e livros que comprei estão em cima da mesa.

Alternativa:

- c. Os livros e revistas que comprei estão em cima da mesa.

- (47)a. *A casa da Maria tem amplas janelas e portões.
b. *A casa da Maria tem amplos janelas e portões.

Alternativas:

- c. A casa da Maria tem amplos portões e janelas.
d. A casa da Maria tem janelas e portões amplos.

- (48)a. *A Maria fotografou as antigas casas e casebres da aldeia.
 b. *A Maria fotografou os antigos casas e casebres da aldeia.

Alternativas:

- c. A Maria fotografou os antigos casebres e casas da aldeia.
 d. A Maria fotografou os casebres e casas antigos da aldeia.

Na verdade, não encontramos uma resposta para a questão enunciada que decorra de aspectos sintáticos. Com efeito, não se trata apenas da não aceitação da concordância parcial, uma vez que a concordância plena é considerada também inaceitável. Assim, a sugestão que apresentamos é a de que este grupo de falantes reinterpreta a concordância que se verifica nas frases em que o primeiro termo é masculino como instâncias de concordância plena, aceitando por isso a ocorrência do determinante ou do adjectivo pré-nominal no masculino, que corresponde ao valor resolvido quando os valores de género dos termos coordenados são distintos, o que os leva, de forma aparentemente incoerente, a aceitar frases como as apresentadas em (46c), (47c) e (48c).

6. Síntese

As conclusões a que chegámos neste trabalho podem resumir-se nos seguintes pontos:

- Em PE, os determinantes e adjectivos pré-nominais concordam em género obrigatoriamente com o primeiro termo coordenado.
- A concordância em número estabelece-se também com o primeiro termo coordenado. A aparente discrepância observada nos dados relativamente aos possíveis valores deste traço dos determinantes decorre de aspectos independentes, relacionados com questões de referência e determinação.
- A observação mais atenta dos dados do PE permite-nos confirmar a ideia de que a concordância parcial é legitimada por uma configuração sintáctica específica, em que a categoria pré-nominal ocupa uma posição que lhe permite o c-comando da categoria resultante da coordenação.
- Embora a análise sugerida por Demonte y Jiménez (no prelo) constitua uma alternativa viável para explicar a concordância parcial com elementos pré-nominais, o requisito de c-comando assimétrico continua a parecer-nos imprescindível, o que, a nosso ver, torna a proposta menos forte.

7. Questões em aberto

O que acabámos de apresentar corresponde às constatações e conclusões a que chegámos no trabalho que desenvolvemos até ao momento. Restam, no entanto, ainda várias questões sem resposta, que pretendemos explorar em desenvolvimentos futuros.

Por outro lado, julgamos que, pelo facto de se tratar de uma área relativamente à qual os juízos dos falantes divergem, a observação e o tratamento de dados de *corpora* se tornam necessários para a fundamentação das nossas propostas.

Uma questão que julgamos merecer alguma atenção diz respeito à relação entre ordem linear e concordância parcial. Temos estado, desde sempre, a assumir que o PE não permite a concordância parcial de um adjectivo em posição pós-nominal, que, neste caso, concordaria com o segundo termo coordenado. No entanto, apenas uma observação mais atenta dos dados nos permitirá confirmar este facto. Com efeito, como já referimos, existem várias línguas em que a concordância parcial com adjectivos pós-nominais é possível. Surpreendentemente para nós, numa pesquisa rápida de dados, encontrámos alguns dados do PE com concordância parcial neste contexto. Vejam-se alguns exemplos:

(49) Possuem vozes melodiosas e normalmente com um timbre e ritmo agradável.

(http://www.anje.pt/feira/media/super_vendedor.pdf)

(50) Departamento de Língua e Cultura Portuguesa

Ao mesmo tempo, encontrámos alguns exemplos de um fenómeno que já referimos atrás, que está atestado, por exemplo, para o Espanhol por Camacho (2003) e por Demonte y Jiménez (no prelo) e também para o PB por Villavicenzio & Sadler (2005)², que consiste no seguinte: o adjectivo pós-nominal concorda em número de forma plena mas concorda em género com o segundo termo coordenado. É o que acontece nos exemplos seguintes:

(51) Os livros e revistas científicas apresentam uma grande credibilidade no que diz respeito à informação em saúde

(<http://repositorioiul.iscte.pt/bitstream/10071/1493/1/%28Microsoft%20Word%20-%20A%20INTERNET%20COMO%20FONTE%20DE%20INFORMA.pdf>)

(52) Ali surgem povos e civilizações tão antigas como a do Egipto

(<http://www.prof2000.pt/users/filipe/pessoa/religoes/antigas.htm>)

Note-se que estes últimos dados, a serem confirmados, levantam uma questão adicional que se prende com a possibilidade de os traços de género e de número poderem ser verificados por *agree* com categorias diferentes, ou seja, de modo independente.

Uma outra questão que pretendemos tratar em trabalho futuro diz respeito à concordância desencadeada por um DP sujeito no interior do qual existe concordância

² Veja-se o seguinte exemplo do PB apresentado por estas autoras (p.4):

O sofrimento e a experiência vividas

parcial do determinante. Dados como o que apresentamos em (53) mostram que, apesar de, de acordo com o que temos vindo a dizer, um DP como “a vida e morte” ter o valor singular, uma vez que o determinante concorda parcialmente com o primeiro termo coordenado, a sua ocorrência como sujeito pode desencadear concordância verbal no plural. Esta possibilidade não é explicável por nenhuma das propostas que referimos.

(53) a vida e morte dele foram de molde a levá-lo ao paraíso

(http://www.paroquiadecascais.org/index.php?option=com_content&task=view&id=10&Itemid=53)

Referências

- Badecker, W. (2007). A Feature Principle for Partial Agreement. *Lingua* 117: 1541-1565.
- Camacho, J. (2003). *The Structure of Coordination: Conjunction and Agreement Phenomena in Spanish and other Languages*. Dordrecht, Kluwer Academic Press.
- Chomsky, N. (2001). Derivation by Phase. In Hale, K. (org.) *A Life in Language*. Cambridge, Mass.: the MIT Press. pp.1-54.
- Chomsky, N. (2008). On Phases. In R. Freidin, C. P. Otero & M. L. Zubizarreta (eds) *Foundational issues in linguistic theory*. Cambridge: MIT Press, pp. 133-166.
- Colaço, M. (2005). Configurações de Coordenação Aditiva: Tipologia, Concordância e Extracção. Diss. de Dout. FLUL.
- Colaço, M. (2006). Concordância parcial no interior de constituintes nominais em Português Europeu. *Textos Seleccionados do XXI Encontro da APL*, pp. 273-284.
- Corbett, G. (2006). *Agreement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Costa, J. & S. Pereira (2005). Phases and autonomous features: a case of mixed agreement in European Portuguese. In M. McGinnis & N. Richards (eds) *Perspectives on Phases*. Cambridge: MIT Press,
- Demonte, V. & I. Jiménez (no prelo). “Closest conjunct agreement in Spanish DPs. Syntax and beyond. A publicar em *Folia Lingüística*.
- Johannessen, J. B. (1996). Partial agreement and coordination. *Linguistic Inquiry*, vol.27, nº4, pp.661-676.
- Johannessen, J. B. (1998). *Coordination*. Oxford University Press, New York.
- Munn, A. (1996). First conjunct agreement without Government: a reply to Aoun, Benmamoun and Sportiche. Ms.
- Munn, A. (1999). First conjunct agreement: Against a clausal analysis. *Linguistic Inquiry*, vol.30, pp.643-668.
- Villavicencio & Sadler (2005). “Agreement Patterns in Corpora”. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/.../download?doi=10>